

Aprendizados do Fórum Social Mundial

Alessandro Biazzi*

Como foi o Fórum Social Mundial? Que temas foram discutidos? Compreender de forma precisa o que se sucede quando um amplo leque de forças políticas críticas à globalização capitalista se reúne - 150 mil participantes, mais de 2000 atividades, 142 países - é um exercício impossível de se resumir em breves linhas. Sem me apegar às atividades específicas, às belezas de Belém ou como a logística do encontro poderia ter sido melhor, é mais pertinente avaliarmos “o Fórum” como um processo histórico, de convergência de causas globais e troca de experiências entre resistentes, realizando sua nona edição.

É importante lembrarmos, por exemplo, que projetos de integração como a ALCA e o poder disciplinador do FMI na América Latina eram ameaças concretas que dominavam a agenda do Fórum, e hoje parecem fazer parte de um passado quase remoto. Se em contextos anteriores o Fórum Econômico de Davos rivalizava bastante em termos de atenção da opinião pública, atualmente a mentalidade estreita de banqueiros e empresários sobre o que constitui a governança global encontra-se desacreditada diante da crise mundial.

Apesar dos enormes desafios na construção de “um outro mundo possível”, vivemos certamente um contexto político mais avançado para as forças críticas ao neoliberalismo. A eleição de governos à esquerda na América Latina é vista por muitos como o principal resultado das lutas defendidas ao longo desses anos no Fórum Social Mundial. Em Belém, os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela; Rafael Correa, do Equador; Fernando Lugo, do Paraguai; e Evo Morales, da Bolívia, estiveram em dois atos políticos e ressaltaram-se como representantes dessas transformações globais.

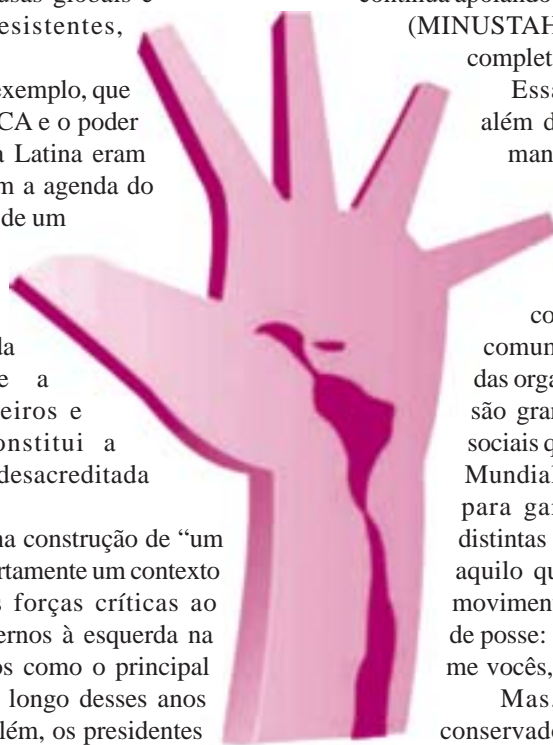
Se de fato precisamos reconhecer a importância desses governos, lhes conceder apoio crítico e combater sua demonização cotidiana por parte da grande mídia, a excessiva idolatria que os circunda também oculta questões importantes na agenda regional. Por exemplo, dentre os/as que somavam no ginásio lotado para ouvir os governantes, as feministas eram umas das mais ativas em suas palavras de ordem.

Contudo, o avanço das questões de gênero e dos direitos sexuais nas gestões de esquerda tem sido praticamente nulo. Já a pequena e barulhenta claqué de equatorianos que gritava o nome de Correa no ato não representa a visão crítica de movimentos indígenas e organizações ambientalistas do país, que têm se mobilizado em oposição à lei de mineração do governo. Esses estão sendo, inclusive, retaliados pelo presidente equatoriano. Mesmo o governo de Morales, o mais enraizado nos movimentos populares, tem limitações: continua apoiando com tropas a “missão de paz” no Haiti (MINUSTAH), liderada pelo Brasil e prestes a completar infelizes cinco anos.

Essas contradições demonstram, para além de um apoio a figuras pessoais ou à manutenção de uma identidade cultural de esquerda, a necessidade de avaliarmos os processos políticos a partir de sua dimensão concreta e prática. Romper com silêncios, contribuir para a desconstrução do senso comum e permitir a apropriação por parte das organizações de uma pluralidade de temas são grandes méritos da renovação das lutas sociais que têm se expressado no Fórum Social Mundial. Esses são princípios importantes para garantir a autonomia da crítica nas distintas esferas da vida social e tornar efetivo aquilo que o próprio Evo Morales disse aos movimentos sociais bolivianos em seu discurso de posse: “Se eu não puder avançar, empurrem-me vocês, irmãos e irmãs”.

Mas, no contexto recente, grupos conservadores e empresariais são os que têm empurrado os governos para uma agenda de estatização de prejuízos. Se a crise é econômica, está claro que as soluções têm sido políticas e parciais. Em 2009 é preciso responder a altura, com manifestações nas ruas e conscientização para que a profusão de idéias no Fórum mobilizem a sociedade civil, a retirem da inércia de seu cotidiano em crise e do anestesiante pensamento de que as eleições bastam para alavancar mudanças históricas contra todos os tipos de opressão e injustiça.

* Mestrando em Relações Internacionais. Integra a equipe do PACS.



Mulheres construindo alternativas para “ um outro mundo possível ”

Tatiane dos Santos*

Foi com muito entusiasmo e agitação que os povos do mundo inteiro, representando diversos movimentos sociais, culturais e entidades, uniram-se numa grande marcha pelo centro de Belém do Pará com o objetivo comum de construir “um outro mundo possível”, deram início ao Fórum Social Mundial 2009. E foi a partir da chamada “Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres” que companheiras marcharam em peso, levantando diversas bandeiras para tão a almejada transformação social.

Dentre as reivindicações: a luta contra o patriarcado e o capitalismo; pela não violência contra mulher; por uma educação não sexista e não machista; pela legalização do aborto, e pela soberania e segurança alimentar. Empoderadas por esses objetivos de luta, as mulheres marcaram presença na grande marcha. Chamando atenção com batucadas, músicas e paródias, todas cantavam e dançavam demonstrando liberdade em contraste a esse mundo que tanto as aprisiona.

Como um espaço de crítica, do ponto de vista feminista, o Fórum Social Mundial permaneceu extremamente rico, ecoando por todos os lados os motivos que levam mulheres a se manifestarem contra as relações de poder e dominação. Essas desigualdades de gênero implicam diretamente na situação vivida por elas em relação a tudo o que é imposto e naturalizado. Também foi um protesto contra as desigualdades sociais, raciais e em relação à orientação sexual, pois a luta das mulheres é contra toda forma de opressão e dominação que sustenta o sistema capitalista patriarcal dominante.

Não é possível lutar contra o capitalismo sem também lutar contra o patriarcado, pois são dois mecanismos de dominação que se reforçam, são duas faces de uma mesma moeda. Vivemos numa sociedade de classes em que o capitalismo se baseia na exploração. Uma sociedade também

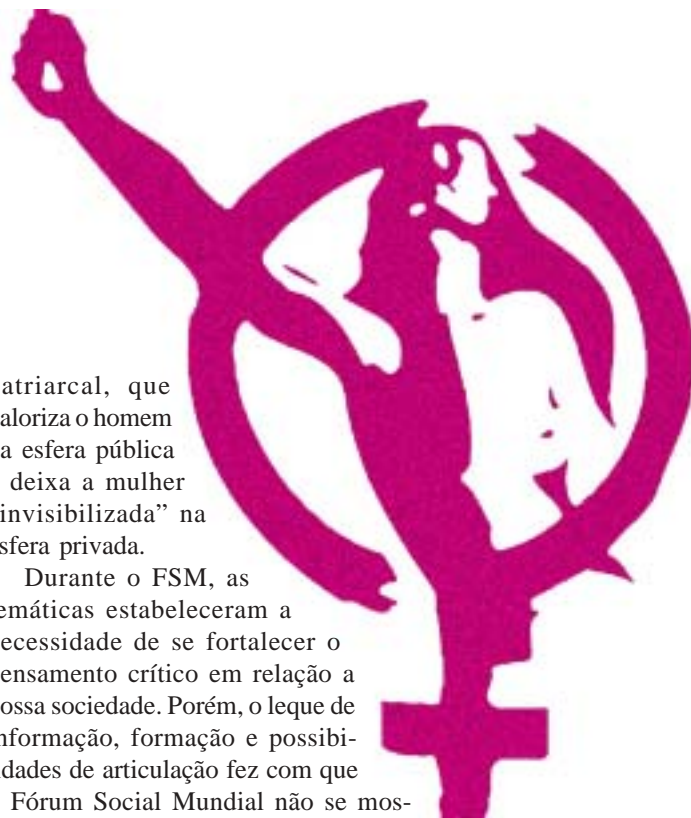
patriarcal, que valoriza o homem na esfera pública e deixa a mulher “invisibilizada” na esfera privada.

Durante o FSM, as temáticas estabeleceram a necessidade de se fortalecer o pensamento crítico em relação a nossa sociedade. Porém, o leque de informação, formação e possibilidades de articulação fez com que o Fórum Social Mundial não se mostrasse apenas como um espaço de crítica, mas principalmente como uma grande oportunidade de ampliar a construção de alternativas de mudanças dessa economia dominante, masculina e capitalista.

Durante as atividades, por exemplo, foi evidenciada a importância de se fortalecer a luta pela agroecologia em torno da soberania e da segurança alimentar. Houve também relatos de experiências de mulheres que se dedicam ao cuidado da alimentação de suas famílias, produzindo e consumindo alimentos saudáveis sem produtos químicos, que não prejudicam a natureza e diversificam a produção.

A lógica neoliberal preserva e se beneficia de relações dicotômicas que tendem a desligar a economia do social, que ditam o que é “coisa” de mulher e o que é “coisa” de homem. Nessa trajetória, uma proposta por mudança estabeleceu a necessidade das mulheres se empoderarem cada vez mais da economia e afirmar o ponto de vista feminista como propósito para mudar esse modelo decadente.

* Economista. Integra a equipe do PACS.



“Mulheres e o Mundo do Trabalho” no FSM

Como forma de contribuição para esse processo de informação e formação, o PACS apresentou no FSM 2009 o filme “Mulheres no Mundo do Trabalho”, dirigido por Márcia Shoo. O documentário, realizado pelo Instituto em 2008, foi elaborado com o objetivo de colaborar no entendimento da Economia Feminista.

O projeto destaca, por exemplo, relações econômicas em que mulheres são protagonistas, apontando alternativas para que a economia não continue sendo utilizada como instrumento de dominação e opressão de mulheres. Para adquirir o filme escreva para secretaria@pacs.org.br ou ligue para (21) 22102124.

Avanços e desafios para Economia Solidária

Rita de Cássia *

A imensidão do Fórum Social Mundial sempre me impressiona. É gente de todos os lugares do mundo se confraternizando independente de suas origens e das guerras que seus países estabelecem. No meio dessa diversidade, muitas pessoas acreditam que realmente é possível outra sociedade e outra economia. Outras, no entanto, vão para o Fórum por ser uma grande festa, reunião onde é possível conhecer gente de várias partes do planeta.

Mas reunindo tantas organizações sociais, o Fórum se caracteriza como um espaço importante de construção das lutas, em que a Economia Solidária tem crescido muito nos últimos tempos. Nessa nona edição do FSM, isso ficou bem visível. O movimento ocupou praticamente metade da Universidade Federal do Pará (UFPA), uma das sedes do encontro. Houve uma bela mobilização para que isso acontecesse, uma estratégia que resultou na participação de pelo menos 800 pessoas vindas de todos os Fóruns Estaduais de Economia Solidária, mais os integrantes do Fórum Estadual do Pará, que teve grande participação na organização. Essa mobilização foi bastante festejada.


O Fórum Brasileiro de Economia Solidária organizou importantes eventos durante o FSM: o painel “Uma proposta política para um (des) envolvimento solidário: a organização da Economia Solidária no Brasil” e o “Encontro Mundial de Economia Solidária” foram exemplos. Esse último foi dividido em duas mesas: “RIPESS (Rede Intercontinental da Promoção da Economia Social e Solidária) em diálogo com Redes e Movimentos Sociais” e “Ações integradas de incidência pela garantia da soberania e segurança alimentar”.



Nesses espaços de discussão, pelo depoimento de pessoas de outros países, pude constatar que nós brasileiros, em se tratando de economia solidária, estamos bem à frente de países como Alemanha, França e Áustria. Esses países, inclusive, estão utilizando as mesmas formas de organização do Brasil. Apesar das dificuldades enfrentadas, somos referência para outros povos, o que nos estimula a continuar no processo de luta em busca de novas conquistas.

Os movimentos sociais que foram a Belém buscam uma sociedade mais justa, com uma melhor distribuição de renda. Dessa forma, passam pelo mesmo viés defendido pela Economia Solidária. A Marcha Mundial de Mulheres, por exemplo, representada por Isolda Dantas em uma atividade durante o Fórum, defendeu a construção de outro modelo de desenvolvimento que inclua todos, sobretudo as mulheres. Um modelo contrário ao que vivemos hoje.

Muito tem se falado da crise que abate o mundo e o Movimento de Economia Solidária deve aproveitar esse contexto político para unir-se a outros movimentos sociais que lutam por uma sociedade transformadora, pela valorização social dos trabalhadores e trabalhadoras, pela justa divisão de renda e respeito à natureza.

Nesse sentido, é necessário o fortalecimento de uma de outra economia possível, uma economia pela vida e não pelo lucro. Se o capitalismo fosse bom, não traria tanta pobreza, fome, doenças e guerras. Então, porque temos que continuar vivendo em um sistema que não favorece a todos e todas? 

*Graduanda em Ciências Sociais. Integra a equipe do PACS.

Comercialização e políticas públicas

Foi grande a variedade de confecções e produtos comercializados no FSM 2009. O artesanato continua sendo líder, mas cabe destacar a presença de alimentos orgânicos, ainda que em menor quantidade, produzidos em várias regiões pela Economia Solidária.

Mas a comercialização segue sendo um “gargalo” para a maioria dos empreendimentos, que só têm a oportunidade de vender seus produtos em feiras ou em eventos maiores, como próprio o Fórum. Dessa maneira, cabe aos movimentos lutarem por políticas públicas para a constituição de espaços para o escoamento desses produtos. Para representantes de muitos dos empreendimentos presentes ao Fórum, a criação de um selo da Economia Solidária seria um bom avanço. Essa certificação tornaria a venda de produtos mais viável.

FSM: “unidade dentro da diversidade”.

Gilka Resende*

O Fórum Social Mundial apresentou muitos desafios para a sociedade. Para falar sobre alguns deles, o Informativo PACS entrevista Fátima Mello, coordenadora de Relações Internacionais da ONG Fase (RJ) e secretária executiva da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip). A historiadora também fez críticas ao governo brasileiro, principalmente no que tange às questões ambientais e à integração regional.



Foto: Arquivo Fase

Você já foi do comitê organizador do Fórum Social Mundial. Pelo fato do Fórum 2009 ter sido na Amazônia, você sentiu diferença em relação aos outros?

Fui do Comitê Organizador entre 2001 e 2005. Nessa edição de 2009, não estive diretamente no Comitê Organizador, mas todo mundo da Fase esteve bastante envolvido no grupo facilitador do Fórum. No início, as questões ambientais no Fórum ainda não estavam no núcleo central das preocupações. A agenda prioritária sempre foi o anti-Davos, a crítica à agenda neoliberal. Ao longo da década, a crise ambiental, que tem várias dimensões, tornou-se também central nas lutas. A ida do Fórum para a Amazônia foi uma síntese de uma renovação da agenda, uma sintonia com os novos desafios que os movimentos globais têm pela frente. E o Fórum, em Belém, trouxe também uma renovação dos atores, sendo muito mais popular, pois recebeu mobilização muito intensa da região amazônica. Não foi o Conselho Internacional do Fórum que aterrissou na Amazônia. Pelo contrário, a dinâmica dessas organizações e movimentos da Amazônia deu a tônica ao evento mundial.

Muitos avaliam que o Fórum, apesar de ser um grande encontro de movimentos sociais, não sai com um plano de ação efetivo. Qual é a sua visão sobre isso?

Nesse Fórum tivemos uma novidade importantíssima: as Assembléias. Essa nova forma de organização dentro do Fórum é uma tentativa de resolver um problema estrutural que é o da dispersão de esforços. O FSM não é uma nova entidade, não é um novo movimento, uma nova organização, um novo partido ou uma nova internacional. Acho equivocada a visão dos que acham que o Fórum tem que ter “direção única e se pronunciar por si só”. Agora, o extremo oposto disso também não é positivo: “um encontro de diversidades que não tem que ter posição nenhuma, não tem que atuar de forma alguma”. O Fórum tenta fazer uma nova forma de organização da política, algo que não engesse os movimentos em uma direção única, que tente criar um campo de unidade dentro da diversidade. Isso é muito difícil, mas esse Fórum mostrou que é possível sim. Claro que temos problemas,

várias forças sociais importantes fizeram seu próprio fórum dentro do Fórum e dialogaram pouco com outras forças. Tudo cria uma dinâmica que traz fragmentações. O Fórum não pode resolver o que não está resolvido nos movimentos, pois não vai ter condição de criar unidade onde não existe. E é bom que o Fórum seja assim, porque se ele criar artificialmente soluções pouco maduras nos movimentos, vai atrapalhar mais do que ajudar. [...] Passamos uma década no Fórum criticando o neoliberalismo, dizendo que esse capitalismo de cassino traria essa situação. Mas, ao mesmo tempo, também falamos agora: “olha, não é suficiente a gente constatar que estávamos certos, agora o processo entra numa outra etapa”. O mundo está em crise, estão levando o mundo para o buraco. Então, é possível a gente avançar, aprofundar a nossa crítica ao sistema capitalista? Além de denunciar, temos que apontar para onde a gente acha que o mundo deveria ir. [...] Então, é hora da gente apostar num outro modelo de desenvolvimento, onde a integração regional possa nos dar oportunidade de encurtar circuitos. Essa é uma resposta que aponta para um outro modelo de economia, um modelo mais sustentável.

Esse FSM contou com a presença de cinco chefes de Estado: Evo Morales, da Bolívia; Hugo Chávez, da Venezuela; Fernando Lugo, do Paraguai; Rafael Corre, do Equador; além do presidente Lula. A presença deles aumenta a importância política do Fórum ou pode tirar a autonomia do encontro?

Sempre achei muito bom os governos estarem no Fórum, desde que a gente consiga equilibrar a presença deles com a força das atividades autônomas. Ou seja, que eles visitem o FSM para dialogar com os movimentos sociais. Eles não têm que ir para fazer ato eleitoral, mas para escutar, beber da fonte de onde a gente acha que eles têm que estar referenciados. Em Belém, isso ficou bem resolvido, porque foi uma atividade entre muitas outras. Claro que a grande imprensa sempre supervaloriza a presença dos presidentes. Acho que eles tiveram uma presença com peso específico que não ofuscou todo o restante de atividades em que a dinâmica das esquerdas no mundo está sendo processada.

O presidente Lula não esteve na atividade com os movimentos sociais, onde estiveram os outros chefes de Estado. Quais seriam os motivos?

Acredito que tenha sido uma situação mais confortável para o presidente. E, ao mesmo tempo, o diálogo com os movimentos, sem o Lula, pôde fluir de uma maneira mais adequada. Essa foi uma solução boa para todo mundo. E também foi muito interessante perceber que a gente vive um novo momento histórico na América Latina. Mas existem diferenças importantes entre os governos, talvez seja necessário entender melhor a dinâmica de cada um deles.

E qual seria o modelo ideal de integração para a América Latina? Como estão os debates sobre a Alba [Alternativa Bolivariana para as Américas]?

A integração regional é uma alternativa que faz com que a periferia sul americana deixe de ter essa atual inserção na divisão internacional do trabalho. Ou seja, deixe de ser exportadora de recursos naturais, não só de terra, porque essas exportações têm embutidas ali também o alto consumo de água. Devemos nos voltar para um desenvolvimento mais endógeno. A maioria dos processos de integração que estão em curso valoriza os lucros das empresas envolvidas. São comércios entre firmas para diminuir custo de produção e para manter a nossa região fornecendo matérias primas para o sistema global. No entanto, temos que disputar os rumos de uma nova integração. O comércio entre países na região deveria ser baseado em complementaridades e cooperação entre sistemas produtivos e ecossistemas. Os acordos de livre comércio são uma tragédia, um desastre. A gente, da Rebrip, participa do processo da Alba, que é um conjunto de iniciativas muito interessante, sobretudo porque move para frente iniciativas políticas de integração da região. Porém, a gente acha que isso ainda precisa ser ampliado para áreas em que a Alba ainda não está abrangendo, por exemplo, a área de comércio. Qual o outro comércio que a gente quer ao invés do livre comércio? A Alba ainda não chegou nessa área de discussão. Acho que a gente está num momento oportuno de criar fatos políticos para deslegitimar instituições como o Banco Mundial e o FMI, que sempre pautaram as políticas aqui na região. A gente tem que apostar na integração dos povos, em outro modelo de integração como resposta a essa crise mundial.

Qual sua avaliação sobre a política econômica empenhada pelo governo brasileiro?

Está claro que esse não é o nosso governo, é um governo de composição de forças, desde antes da eleição. O que nos serve é pensar que esse é o resultado histórico do que nós fomos capazes de acumular na política. A esquerda e os movimentos sociais não são hegemônicos na sociedade brasileira. Digo hegemonia no sentido *gramisciniano* mesmo. As nossas idéias não são hegemônicas. Então, a gente só vai ter um governo nosso quando tivermos construído a hegemonia de fato na sociedade. O governo Lula é resultado

de quem é hegemônico nesse país, de quem é dono do poder: o agronegócio, o sistema financeiro e por aí vai. Mas temos uma agenda de ciclos longa para pensar em como ter um governo que seja espelho de nossas forças.

Sobre as políticas ambientais do governo, já que você falou de agronegócio. Você poderia falar da relação entre esse modelo de produção e o biocombustível?

A questão ambiental é o núcleo mais gritante das contradições desse modelo econômico. Ele é baseado em monocultivos, em insumos químicos, no latifúndio, num modelo agroexportador. Contra esse modelo, temos os princípios da agroecologia e da reforma agrária. O agronegócio, na verdade, é a reciclagem do antigo latifúndio tentando se fazer de moderno. E o Estado brasileiro continua sustentando um setor que precisa de perdão de dívidas de bilhões e bilhões o tempo todo. Hoje, o etanol é mais uma aposta deste agronegócio, num modelo exportador que destrói o meio ambiente. Temos que ser contra a reprodução de um modelo que, ao invés de questionar as bases do consumo de energia, mantém a discussão de consumo inalterada, e apenas muda a matriz de produção de energia do petróleo para o “agro”. Temos que fazer um debate sobre a transição, que não é uma coisa imediata, para um modelo de sociedade pós-petróleo. A *Campanha o Petróleo tem que ser Nosso* valoriza o fato de nos apropriarmos dos recursos da exploração do petróleo para a saúde, educação, etc. O petróleo tem sim que ser nosso ao invés de ser de empresas transnacionais, mas temos que introduzir nessa discussão a necessidade de se reduzir o consumo. Outro ponto é o combustível produzido pela agricultura familiar, que é o biodiesel a partir da mamona, do dendê e de outras oleaginosas. Precisamos fortalecer essa produção, mas ela não deve substituir a necessária produção de alimentos. A agricultura familiar, muitas vezes, vai para a produção de biodiesel, porque para isso ela tem apoio do governo, mercado para vender. Já para a produção de alimentos, ela não recebe crédito. Essa é uma situação complicada, não é ser contra ou a favor de tudo, enfim, a gente tem que problematizar. Mas uma coisa é clara: devemos ser contra um modelo de produção de agrocombustível em larga escala, que concentra ainda mais a terra, e que tem condições de trabalho, muitas vezes, escravo. O Brasil não pode ser uma *plantation* para continuar abastecendo a Europa e os Estados Unidos com padrões de consumo que levam o mundo ao esgotamento. ☺

*Estagiária de Comunicação do PACS.

“O agronegócio, na verdade, é a reciclagem do antigo latifúndio tentando se fazer de moderno. E o Estado brasileiro continua sustentando um setor que precisa de perdão de dívidas de bilhões e bilhões o tempo todo.”

A questão de gênero: quebrando hierarquias

Em parceria com a Rede Economia e Feminismo e o Comitê Popular de Mulheres, o PACS desenvolve trabalhos e atividades na busca de uma economia libertadora que avance na igualdade entre mulheres e homens.

Em 2009, o Instituto deu início ao Curso *Mulheres e Economia II*, um aprofundamento do *Mulheres e Economia I*, que chegou a sua oitava edição em 2008. Outra atividade desse primeiro trimestre foi o IV *Seminário Economia e Feminismo*, realizado entre os dias 26 e 29 de março, em Miguel Pereira, interior do Rio de Janeiro. O evento, que contou com a participação de 40 pessoas, relacionou os temas da Economia Solidária e Feminista à conquista de “políticas públicas de saúde para mulheres”.

Numa sociedade em que as desigualdades nas relações de trabalho e a opressão de gênero são gritantes, essas atividades visam à apropriação de temas macro e micro-econômicos pelas participantes. Diante dessa teoria, o objetivo é fazer com elas possam propor ações práticas para a transformação do atual sistema patriarcal, que torna invisível, muitas vezes, o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. ☺



Foto: Arquivo PACS

A questão ambiental em foco

Você já sabe que atitudes ecológicas no seu cotidiano contribuem para a preservação da natureza. O que você precisa saber também é que, na contramão de suas atitudes, existe uma poderosa e incansável “máquina”, produzindo sérios riscos e injustiças ambientais em todo o Planeta. Essas e outras questões estão em “Riscos e Injustiças Ambientais: vamos desativar esta máquina”, mais uma publicação do PACS.

Fácil e rápido de ler, a dobradura é um material útil na multiplicação de conceitos de preservação e justiça ambiental. A publicação também questiona os modos de produção, destruição e consumo dominantes na sociedade. O objetivo é fazer com cada leitor possa propor uma atividade de grupo em sua escola, na faculdade ou no trabalho. Entre em contato pelo endereço eletrônico secretaria@pacs.org.br ou pelo telefone (21) 22102124 e adquira a dobradura gratuitamente. Torne-se um multiplicador da educação ambiental! ☺



Audiência Pública debate violações da siderúrgica TKCSA

Os prejuízos causados à população do entorno da Baía de Sepetiba com a instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) foi tema de Audiência Pública. Promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), a Audiência foi realizada, no dia 19 de março.

Entre as principais denúncias contra a TKCSA, o envolvimento de milicianos na segurança do canteiro de obras da transnacional. Crimes ambientais e o desrespeito às leis trabalhistas também figuram entre as acusações. Pescadores artesanais disseram ser proibidos de trabalhar com seus barcos na região. Lideranças contrárias ao empreendimento vêm sendo ameaçadas de morte. Com isso, o trabalho de cerca de 8.000 pescadores foi prejudicado.

A economista Sandra Quintela, do PACS, esteve presente à Audiência. Em seu depoimento, avaliou que as ações da TKCSA colocam em risco o real desenvolvimento econômico da região. Isso porque desconsideram as potencialidades de uma Área de Preservação Ambiental (APA), historicamente ligada ao turismo e à pesca. Pedro Teixeira, representante legal da TKCSA, afirmou que, até o momento da Audiência, a empresa não havia tomado conhecimento de nenhuma das denúncias feitas. No entanto, a transnacional publicou nota em jornais de grande circulação no dia 3 de março. No “esclarecimento”, nega as acusações do envolvimento de milícias em sua equipe de segurança. ☺

Foto: Angelo CuiSSI/Fazendo Media



A Comunicação popular e dos trabalhadores marcou forte presença no FSM

Vito Giannotti*

De todos os Fóruns Sociais Mundiais, nenhum tratou tanto da comunicação como este último de Belém/PA. Este aumento do volume de mesas, debates e encontros de todos os tipos relativos à mídia reflete a centralidade cada vez maior deste tema na sociedade atual.

Se no século XX se dizia que a comunicação era o “Quarto Poder”, hoje se pode dizer que a comunicação é parte integrante do poder. Não há poder sem comunicação. Bush, em 2003, não teria invadido o Iraque para matar mais de um milhão de iraquianos e iraquianas se a mídia empresarial do mundo inteiro não o tivesse apoiado.

Hoje está evidente para todo mundo que não é possível estabelecer qualquer hegemonia político-ideológica sem o consentimento de boa parte das pessoas. E este consentimento é criado através da mídia. Essa compreensão generalizada fez com que o 9º FSM fosse tão rico em discussões sobre a mídia/comunicação.

Mídia empresarial garante a hegemonia

Nas várias mesas e vários debates sobre o tema da comunicação no FSM, a constatação inicial foi o peso enorme da mídia na manutenção da sociedade capitalista presente. Não haveria aceitação, tolerância ou consenso da sociedade atual, baseada na injusta distribuição das riquezas produzidas, sem uma ação combinada de *marketing*, propaganda e divulgação de valores e princípios através da mídia burguesa.

A segunda constatação consensual no Fórum sobre a problemática da comunicação é a concentração da mídia nas mãos de grandes grupos econômicos – desde o magnata naturalizado estadunidense Rupert Murdoch ao mexicano Carlos Slim, passando pelo fascista italiano Berlusconi. Esta concentração é a garantia para manter bilhões de pessoas do mundo inteiro informadas sobre o quê e da maneira que interessa a estes grandes grupos econômicos. Dessa forma, é possível manter o consenso do qual nos fala o filósofo marxista italiano Antonio Gramsci, e com isso construir e perpetuar a hegemonia política e econômica garantida pelos exércitos do capital internacional. Assim é possível manter povos inteiros dominados e, sobretudo, impedir a organização e a revolta dos explorados e oprimidos do mundo.

Movimentos sociais precisam criar sua mídia

A terceira constatação das discussões sobre a mídia no FSM reafirmou a necessidade de os movimentos sociais lutarem pela democratização da mídia e, sobretudo, de criar sua própria. Nos debates sobre a comunicação, em Belém, foi vista a necessidade

de passar da constatação e da simples denúncia à ação. Em várias mesas, por exemplo, foi denunciado que a mídia empresarial/patronal criminaliza qualquer movimento social – como o MST, no caso do Brasil. Mais do que isso, várias mesas focaram a criminalização da pobreza, pois os pobres são mostrados exaustivamente como “classes perigosas”.

Sabemos que esta criminalização dos movimentos sociais e especificamente de todos os pobres tem um objetivo claro de mantê-los acuados, assustados, e, com isso, impedir revoltas, rebeliões ou revoluções. E o que as classes criminalizadas pela mídia dos de cima precisam fazer? No Fórum foi repetido o refrão: “*lutar para democratizar a mídia deles, de outra classe, sem grandes ilusões nos mecanismos criados por esta sociedade para se manter do jeito que está. Em segundo lugar, construir sua própria mídia; seus instrumentos de comunicação*”.

Só através da sua mídia as classes populares poderão apresentar a sua visão de mundo. Poderão noticiar fatos, dados, informações de seu interesse. Só assim poderá ser ouvida a voz dos movimentos sociais, dos pobres e dos trabalhadores.

O Fórum Social Mundial reuniu dezenas de milhares de pessoas que lutam por um novo mundo, justo, livre e solidário. Muitos deles retornaram a seus países com a decisão de lutar para criar novos canais de comunicação para os movimentos sociais – que podem ir do tradicional jornal ao rádio, à TV e às mil possibilidades da Internet, da página ao boletim, ao blog, ao Orkut e ao Youtube. ☺



* Coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação(NPC).

FSM: tradução de diferenças, articulação e estratégias de ação

Karina Kato*

O Fórum 2009 representou um importante marco nas estratégias de enfrentamento implementadas por organizações e movimentos sociais às transnacionais, brasileiras e estrangeiras, que desrespeitam a legislação e violam os direitos humanos nos países onde atuam. Insere-se neste caso a empresa Vale, velha conhecida dos brasileiros.

O elemento aglutinador desses grupos no FSM foi a Campanha Justiça nos Trilhos – JnT. As atividades da Campanha no FSM tinham como objetivo analisar sob diferentes perspectivas – ambiental, jurídica e econômica – os conflitos envolvendo a Vale e as populações das áreas onde a empresa se instala e permitiram uma maior convivência, conhecimento e estabelecimento de relações de confiança entre os movimentos integrantes da JnT e outros grupos que, cada um a sua maneira, refletiam sobre a atuação da Vale nos mais diversificados territórios.

A Campanha Justiça nos Trilhos foi iniciada por Missionários Camboianos no final de 2007 e congrega, atualmente, inúmeros movimentos sociais no Norte e Nordeste como a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, o Fórum Carajás, o Fórum Reage São Luís, a Cáritas Maranhão e Sindicatos, tendo uma atuação mais regionalizada. Suas atividades no FSM, contudo, permitiram a ampliação do seu escopo de atuação, que ultrapassou o âmbito regional e atingiu todo o território nacional e chegando, inclusive, a outros países em que a empresa atua.

Além do PACS, estiveram presentes às atividades da Campanha JnT a Articulação Siderurgia da Rede Brasileira de Justiça Ambiental; a Associação dos Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba; o movimento pelas Serras e Águas de Minas Gerais; o sindicato *United Steel Workers* e o grupo de estudos *Minig Watch*, ambos do Canadá; o *Nuovo Modello di Sviluppo*, da Itália; o Observatório de *Conflictos Mineros de América Latina*, do Chile; e outros representantes de Moçambique, onde a Vale inicia atualmente a exploração de carvão.

Do FSM resultou o movimento “Avaleação” que pretende, em princípio, congrega organizações e movimentos interessados em acompanhar e monitorar as ações

empresariais da Vale, denunciando crimes e irregularidades. A perspectiva é de que o “Avaleação” amadureça e, no futuro, constitua um movimento consolidado, mais duradouro e institucionalizado.

O “Avaleação” já definiu prioridades e estratégias coletivas de atuação. O grupo pretende, a partir da sistematização e compilação de todo o material desenvolvido pelas organizações presentes no FSM, elaborar um dossiê completo sobre a Vale, identificando os principais conflitos e irregularidades da empresa no território nacional. Depois, esse documento será complementado por movimentos internacionais, conformando um “retrato” global da atuação da empresa. Outra atividade prevista é a realização de encontros e intercâmbios entre os atingidos pela Vale com o objetivo de unificar bandeiras, intensificar a pressão sobre a transnacional, bem como dar visibilidade ao “lado perverso” das ações da Vale.

De todo esse processo, salta aos olhos uma primeira conclusão: cada vez mais se reforça a convicção da importância da pressão popular para garantir que a Vale respeite a legislação e a vida nos países onde atua. Na maior parte dos casos acompanhados, o Estado, que deveria resguardar esses direitos, tem se mostrado inerte, sendo conivente com os crimes cometidos pela empresa e, muitas vezes, facilitando sua atuação. ☹

Mais informações na sítio www.justicanostrilhos.org.

* Economista; Doutoranda em Ciências Sociais. Integra a equipe do PACS.



Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Equipe: Alessandro Biazzi, Ana Cândida, Eliane de Paula Macedo, Gilka Resende, Gustavo Vaccih, Jussara Mendonça, Karina Kato, Leila Salles, Leilane Brito Mosry, Marcos Arruda, Miriam Lemos, Peter Gerhard, Rita de Cássia Alves, Robson Patrocínio, Sandra Quintela e Tatiane dos Santos

Edição: Lycia Ribeiro MTB- 899/04/105CE

Gilka Resende (estagiária de comunicação)

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Impressão: Grafthaly

Tiragem: 2.500 exemplares

Distribuição: Gustavo Vaccih e Leilane Brito
Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares?

Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609
Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

www.pacs.org.br - pacs@pacs.org.br

Utilidade Pública Federal - Port. nº 2.476, de 17/12/2003 - D.O.U. de 18/12/2003

Conselho Municipal de Assistência Social - inscrição nº 620 - D.O.M. de 28/10/2003